

O CRESCIMENTO DESARTICULADO DA CIDADE DE RIO BRANCO
E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO
DIRETOR DE 2006.

*EL CRECIMIENTO DESARTICULADO DE LA CIUDAD DE RIO
BRANCO Y EL ORDENAMIENTO TERRITORIAL CON BASIS EN EL
PLAN MAESTRO DE 2006.*

*THE DISARTICULATED GROWTH OF THE CITY OF RIO BRANCO
AND THE TERRITORIAL PLANNING BASED ON THE MASTER PLAN
OF 2006*

Cleilton Sampaio de Farias

Mestrando em Desenvolvimento Regional/UFAC
Campus Universitário – Rodovia BR364, km 04, nº 6637 – Distrito Industrial
Caixa Postal 500. Cep: 69915-900. Rio Branco-Acre
Cleilton.sampaio@ac.gov.br

José Júlio César do N. Araújo

Mestrando em Desenvolvimento Regional/UFAC
amadeus13julio@gmail.com

Genildo da Silva Macêdo

Mestrando em Desenvolvimento Regional/UFAC
gedocsz@hotmail.com

Maria Elizângela Sampaio de Farias

MBA em Gestão de Pessoas/UNINORTE
Mariafarias.sampaio@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo focar a relação do crescimento desarticulado da cidade de Rio Branco face ao amplo processo de êxodo rural, levando em consideração as demandas sociais no espaço urbano e as ações recentes de intervenção do poder público com o ordenamento territorial a partir do plano diretor de 2006. Assim, acreditamos que os maiores desafios em ordenar o território amazônico estão ligados aos fatos geradores da “urbanização desarticulada” da região (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 18). A desarticulação ocorre, sobretudo, por que “a Amazônia é um espaço social heterogêneo, e a configuração de seus sistemas de assentamento é irregular, desarticulada de qualquer princípio mestre único que possa explicar sua organização

espacial” (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 18). Identifica-se o Plano Diretor como um elemento constituinte e indispensável ao Ordenamento Territorial. Compreendemos que, a partir desta política, a cidade desenvolverá contínuos processos de crescimento físico e social com inúmeros aparatos institucionais que irão proporcionar um modelo de política pública capaz de reordenar os espaços de forma a trazer uma melhor qualidade de vida a todos os seus habitantes.

Palavras-Chave: Rio Branco, ordenamento territorial, plano diretor, políticas públicas.

Resumen

El objetivo de este artículo es debatir sobre la relación del crecimiento desarticulado de la ciudad de Rio Branco delante al amplio proceso de éxodo rural, teniendo en cuenta las demandas sociales en las zonas urbanas y las acciones recientes de la intervención del público sobre la ordenación del territorio de Plan Maestro de 2006. Por lo tanto, creemos que los mayores desafíos para el territorio del Amazônia están vinculados a los desencadenantes de la "urbanización desarticulado" de la región (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 18). Una luxación se produce principalmente por que "Amazônia es un espacio social heterogéneo y la configuración de sus sistemas de estar es irregular, desarticulada de un solo principio rector de que puede explicar su organización espacial (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 18). Identifica el Plan Maestro como constituyente y esencial para la ordenación de la tierra. Entendemos que a partir de esta política, la ciudad se desarrollará un proceso de continuo crecimiento físico y social con numerosos aparatos institucionales que garanticen un modelo de política pública puede reordenar los espacios a fin de lograr una mejor calidad de vida para todos sus habitantes.

Palabras-clave: Rio Branco, Planificación Territorial, Plan Maestro, Políticas Públicas.

Abstract

This article aims to focus on the relation of disorganized growth of the Rio Branco city in face of rural exodus process. Thus, we have considered the social demands in the urban areas of the study area and the intervention by the local government on the regional planning. It is believed that the greatest challenges in the Amazon region are linked to the events of "disarticulated urbanization". In the other hand, the spatial organization can be considered as essential to the land management. Only from the implementation of public policies city like Rio Branco will develop in a continuous and sustainable way in order to bring a better quality of life for the inhabitants of the Amazon region.

Keywords: Rio Branco, Planning, public policies.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender a relação do crescimento desordenado e desarticulado da cidade de Rio Branco face ao amplo processo de êxodo rural, levando em consideração as demandas sociais no espaço urbano e as ações recentes de



intervenção do poder público com o ordenamento territorial a partir do plano diretor de 2006.

Assim, procuraremos analisar como ocorreu o processo de urbanização da cidade de Rio Branco nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, no âmbito das transformações na produção do espaço acreano no contexto amazônico; identificar, quantificar e mapear as origens dos bairros: ocupação, loteamentos e conjuntos habitacionais e por fim, a luz da pesquisa, entender os problemas gerados a partir destas dinâmicas e como esses foram incorporados nas ações do poder público.

O estudo teve como base o levantamento de bibliografia pertinente à ocupação e urbanização da Amazônia, de modo geral e especificamente, daquela relacionada à história e geografia do Acre. Aliada a esta bibliografia, buscou-se dados em pesquisas que tratam de condições básicas de serviços e infra-estrutura urbana, juntamente com estudos teóricos e/ou empíricos da problemática ambiental urbana. Trata-se desta forma, de compilação e análise de dados secundários, originados de outros estudos e pesquisas na região.

Inicialmente, procurou-se identificar o processo de formação dos primeiros núcleos urbanos, dos seringais à criação de vilas e cidades e sua evolução urbana. Em seguida, parte-se para delinear a organização urbana a partir de 1970, marco de referência no estudo das cidades na região amazônica, em função das profundas transformações econômicas que culminaram com a ruptura da organização urbana consolidada. A análise dos problemas decorrentes destas transformações, principalmente na cidade de Rio Branco, e seus impactos no ecossistema urbano, conduzem por fim, às conclusões para o encaminhamento de uma política urbana, que tem como base os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Este trabalho se justifica pela extrema importância que acreditamos ter no processo de urbanização, não só o estudo dos fenômenos que levam a segregação espacial, mas também, pela esperança em encontrar soluções e de propor ações que possam mitigar os efeitos do crescimento populacional a partir de políticas públicas mais eficazes.

Rio Branco: criação e expansão

Rio Branco, assim como as demais cidades acrianas, também se originou de um decreto. O local primitivo situava-se à margem esquerda do Rio Acre, onde em 1882 organizou-se a sede do seringal denominado “Empresa”. A partir da divisão territorial de 1904 o povoado que fazia parte do Departamento do Alto-Purús, foi elevado a categoria de vila, e designada a sediar o novo organismo. A elevação desta vila à categoria de cidade ocorreu em setembro de 1904, e em 1908 efetivou como comarca do Alto-Acre. Em 1909 teve seu nome mudado para Penápolis (em homenagem ao Presidente da República, Afonso Pena), mas em 1912, a denominação da cidade foi modificada novamente, passando a chamar-se Rio Branco em homenagem ao diplomata brasileiro Barão do Rio Branco.

Em 1913, em função da nova organização do território, a cidade de Rio Branco passou a categoria de município e em 1920, com a extinção dos Departamentos e a unificação dos municípios em torno de um governo central, a cidade foi escolhida para ser a capital, condição que se manteve mesmo após 1962, quando da transformação do território em Estado.

A cidade “de Rio Branco está localizada a: 9°56 a 10°02`S E 67°46” a 67°53` W. Faz fronteiras com o estado do Amazonas e o município de Porto Acre, ao norte (N); com os municípios de Xapuri e Capixaba, ao sul (S); com Plácido de Castro e Senador Guiomard Santos, a leste (E); e com Sena Madureira, a oeste (W). Tem uma área com aproximadamente 14.294 km².

Fazendo-se uma leitura focada na conjuntura de acontecimentos que resultaram no processo de urbanização dessa cidade, compreendemos que o povoamento da localidade que passaria a ser conhecida por Rio Branco teve seus primórdios a partir de 1895 com a extração da borracha; um segundo momento com a retomada da extração da borracha em 1945 e um terceiro momento com o avanço da fronteira agropecuária na década de 1970. Vale lembrar que segundo Rancy (1992):

Os primeiros núcleos urbanos no Acre surgiram de maneira artificial, justificada pela necessidade de atender a uma exigência político-administrativa que possibilitasse assegurar, em termos definitivos, o território que, militar, política e diplomaticamente, havia sido conquistado (RANCY, 1992, p. 138).

Por volta de 1882, Neutel Maia fundou o primeiro seringal a margem direita do Rio Acre – o Seringal Empresa. Com o passar do tempo, devido às diversas atividades



comerciais ligadas a manutenção dos seringais e seringueiros, o Seringal Empresa passou a ser a Vila da Volta da Empresa, e em 1904 após o Acre ter sido anexado ao Brasil, a vila converteu-se na Prefeitura do Departamento do Alto Acre. (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 09).

Desde esse começo até 1908, a cidade passou por três fases: formação como povoada e centro comercial (1888-1898); centro político no vale do rio Acre, com a revolução Acreana (1899-1903); e consolidação de liderança política e econômica como sede do Departamento (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 35).

Com o desenvolvimento da pneumática, 1888, por Dunlop, e com o aparecimento do automóvel, em 1895, foi que o consumo da borracha assumiu grandes proporções, tendo na Amazônia brasileira seu principal centro produtor. O desemprego estrutural e a eclosão das grandes secas que, assolaram o nordeste, podem ser causas explicativas da existência de uma grande massa de migrantes para a Amazônia (SILVA, 1982, P. 13-15).

Neste primeiro momento, segundo Silva (1982, p. 15) teremos uma ocupação do espaço acreano processando-se de forma não planejada, isto é, organizada exclusivamente para a extração da borracha, sem um sistema de colonização definido. A extração da borracha encontraria o auge em 1912, com uma produção de 42.410 toneladas. No ano de 1913 teremos a quebra do monopólio brasileiro no mercado mundial influenciado pela diminuição da extração, chegando ao fracasso quase total em 1930 com uma produção de 17.131 kg de borracha, contra 800.808 toneladas de borrachas asiáticas.

Com o primeiro colapso da borracha de 1912, ocorreu a primeira migração rural-urbana no Acre, onde os seringueiros e suas famílias abandonaram os seringais em direção à Rio Branco, fato este que foi amenizado por algumas ações do governo estadual com a criação de pequenas colônias perto do centro urbano, para acomodar os migrantes. “As primeiras colônias foram: Gabino Besouro (1913), Deocleciano de Sousa (1912) e Cunha Vasconcelos (1913), localizadas no oeste da cidade, na área hoje conhecida de baixada do Sobral” (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 39).

Durante a segunda guerra mundial tivemos novas ondas de nordestinos que iriam migrar mais uma vez para a Amazônia, influenciados pelos Acordos de Washington. Estes retornaram novamente para cortar seringa, só que desta vez o ciclo da borracha

duraria menos tempo, tendo o seu auge de 1942 a 1945, então veio mais uma vez a decadência. Mesmo assim, muitos seringueiros permaneceram nos seringais até chegar à década de 1970, onde iria ocorrer uma nova frente migratória, só que desta vez são os “sulistas” que entram na história.

Com esta segunda crise da borracha, novas transformações sócio-espaciais aconteceram. A estratégia para conter os prejuízos do novo fracasso extrativista foi de certa forma, uma nova fase de urbanização da zona ampliada, com a criação das seguintes colônias: Juarez Távora, Dia Martins, Alberto Torres, Daniel de Carvalho, Mâncio Lima, São Francisco, Apolônio Sales, Cecília Parente e Souza Ramos. Muitas dessas colônias hoje são bairros da periferia de Rio Branco.

A ocupação recente das terras do Acre por empresários do centro sul, no início da década de 70, instaurou um mundo de violência nos seringais. O governador Dantas trazia para o Acre um projeto de modernização da economia, que acabou transformando as relações sociais e os direitos de propriedade, que não passavam pelo extrativismo (PAULA; SILVA, 2006, p. 15 - 16).

Com a desarticulação dos seringais, estes ficaram praticamente despovoados, vejamos o comparativo: em 1920 o Acre tinha 92.370 habitantes, em 1940 caiu para 79.768 habitantes.

A crise dos seringais amazônicos refletira diretamente na urbanização da cidade de Rio Branco. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970 apenas 41,1% da população do município passou para 74,8% em 1980 (SILVA, 1982, P. 13-15).

Após 1970 apareceram mais de 150 novos bairros, com a inserção de ocupações irregulares na periferia da cidade e quatorze conjuntos habitacionais planejados entre 1971 e 1991 (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 46). Áreas planejadas surgiram nos bairros Aeroporto velho, Floresta, Estação Experimental, Vila Ivonete, Vila Redenção, Bosque, Papouco e São Francisco com algumas condições sanitárias, no entanto, houve o surgimento de ocupações irregulares nos bairros Palheiral, Bahia, João Eduardo, Cidade Nova e Triângulo, sem serviços básicos como energia e água potável (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 46). Esse processo influenciou em termos demográficos, para um forte incremento da população urbana, que no período, passou de 30% para 70% no estado.

Esse processo de desterritorialização do seringal desencadeou uma série de ações violentas contra os seringueiros remanescentes. “Desimpedir a área da presença incômoda de seringueiros e pequenos posseiros passou a ser uma operação prioritária, [...] expulsos de suas “colocações”, migrando para as periferias dos centros urbanos” (SILVA, 1982, p. 32).

Neste momento, os seringueiros temendo o fim do seu modo de vida com o fim dos seringais, passam a se articular em movimentos sociais, em sindicatos. A fundação dos STRs de Sena Madureira e Brasília eram os dois primeiros sindicatos a serem organizados, pois os processos de empates entre as forças extra-regionais e a expulsão dos posseiros, já eram acentuadas, inclusive com fortes correntes de êxodo rural para as cidades da região (SILVA, 1982, p.68).

Na cidade de Rio Branco, o assassinato de João Eduardo, em 1981, demonstra que os conflitos agrários refletem também nas questões da terra para moradia urbana. Sendo assim, a expropriação e a conseqüente expulsão maciça de seringueiros/posseiros, que foram ocupar os ditos espaços vazios na periferia dos núcleos urbanos, teve no Acre o principal pólo de atração em Rio Branco. Dessa forma, aponta Silva (1982, p. 70):

Assim o capital ocupou a terra, acelerou a desarticulação da economia tradicional, expropriou e expulsou, gerando uma massa crescente de desempregados que, desalojados e sem perspectivas no campo, migraram para as cidades, [...] esses migrantes, na maioria ex-seringueiros, passam a ocupar as periferias das cidades, principalmente de Rio Branco, capital e principal centro urbano do estado, dando origem ao surgimento de grandes bairros marginais. A periferia de Rio Branco é hoje, o maior indicador mais significativo dessa intensa e desordenada ocupação. (SILVA, 1982, p.81).

Grandes bairros começaram a se formar e outros a crescer rapidamente na área periférica de Rio Branco. São exemplos, dentre outros, os bairros do Aeroporto Velho, com 2.219 habitantes, Aprendizado, com 3.935 habitantes; Bahia, com 3.059 e Cidade Nova, com 5.242.

Nesse período a população urbana cresceu de 26,3% para 43,8% de 1970 para 1980. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970, 41,1% da população do município, passou para 74,8% em 1980, ou seja, 66% da população urbana concentravam-se em Rio Branco. Enquanto a densidade demográfica estadual era de 1,98 hab/km, em 1980, Rio Branco tinha 8,19 hab/km (SILVA, 1982, p.82).

No período de 1940 a 2000, Rio Branco cresceu a uma taxa de 6,4% ao ano, sendo que o período de maior alta foi a década de 1970, com uma taxa de 11% ao ano. Esta quantidade pode ser justificada pelo êxodo rural provocado pela corrida pelas terras da nova fronteira agropecuária acreana, conforme afirma Silva (1982, p. 81):

Na medida em que a urbanização se acentuava, devido a intensificação do êxodo rural acelerado, cresciam os problemas sociais nas áreas urbanas, tendo em vista que, a infra-estrutura precária de Rio Branco não tinha suporte para absorver o contingente populacional expulso do campo, numa economia de caráter eminentemente primária, [...] O resultado imediato desse processo é a intensificação da marginalidade urbana, e a existência de enorme reservatório de mão-de-obra desqualificada, produzido pelo capital especulativo. (SILVA, 1982, p.83-84).

Perante uma política pública do governo municipal, tenta-se reacomodar populações de origem rural, que habitavam as periferias da capital, em áreas de assentamentos voltados para a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, assim, no período de 1993-1996, surgem os pólos agrofloretais e hortifrutigranjeiros, no município de Rio Branco (SILVA, 2006, p.171).

Não é de hoje a preocupação do crescimento desarticulado da cidade de Rio Branco, um bom exemplo encontramos em Penha (1996, p. 30), o autor cita que a população urbana de Rio Branco em 1991 já atingia um total de 167.350 habitantes, praticamente dobrando sua população em relação a 1980, quando registrava 89.993 habitantes. A cidade adquire assim um plano desordenado no seu contexto global não obedecendo a padrões de planejamento, transformando-se nos dias atuais de hoje tarefa bastante difícil para os planejadores urbanos.

Para se ter uma idéia, nos anos 1990, mais da metade da população do Estado passou a morar em áreas urbanas, 47% na cidade de Rio Branco. Nos anos 2000, a população urbana em relação a rural aumentou mais ainda, ou seja, dois terços moravam nas cidades e desses 60% na capital (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 30). A tabela a seguir nos mostra a evolução da população urbana em relação a rural no período de 1940 a 2000.

Tabela 1 – Estado do Acre: evolução da população urbana, rural e total (1940 a 2000)

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
1940	14.138	65.630	79.768
1950	21.272	93.483	114.755
1960	33.534	125.318	158.852
1970	59.474	156.726	216.200
1980	132.169	169.134	301.303
1991	258.520	159.198	417.718
2000	369.796	187.541	557.337

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1940 a 2000)

Assim, acreditamos que os maiores desafios em ordenar o território amazônico estão ligados aos fatos geradores da “urbanização desarticulada” da região (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 18). A desarticulação ocorre, sobretudo, por que “a Amazônia é um espaço social heterogêneo, e a configuração de seus sistemas de assentamento é irregular, desarticulada de qualquer princípio mestre único que possa explicar sua organização espacial” (SCHMINK; CORDEIRO, 2008, p. 18).

Assim, em vista desse longo trajeto de ocupação espontânea desarticulada apontamos o Plano Diretor como o princípio mestre de ordenamento territorial da cidade de Rio Branco.

Ordenamento Territorial: o Plano Diretor da cidade de Rio Branco de 2006

O ordenamento territorial constitui a expressão territorial das políticas econômica, social, cultural e ecológica de Rio Branco. Nesse sentido, seu entendimento caminha na direção de um “disciplinamento” no uso do território, de modo a compatibilizar, ou ao menos, diminuir eventuais conflitos existentes nas diversas políticas públicas e privadas que alteram dinamicamente os conteúdos físicos, sociais, econômicos e culturais contidos no território. Vejamos conforme Costa (...p. 56) os principais passos e requisitos em direção ao ordenamento territorial:

[...] ordenar o território na atual conjuntura, requer, como pressuposto, diversificar o foco e as escalas de análise, identificar a forma como os macrovetores se capilarizam nos infindáveis circuitos espaciais,



conceber essa complexidade como associada à acelerada e recente urbanização e à mudança da base técnica produtiva do país, destacando-as como as forças motrizes que têm impulsionado a especialização/diferenciação dos lugares.com isso obter uma síntese aproximada do novo mosaico socioespacial e regional do país, redesenhar as regiões, ressaltar os novos eixos e a nova logística territorial nacional e, ao cabo, refazer a sua representação cartográfica, uma condição técnica e operacional indispensável para os passos subseqüentes (COSTA, p. 56).

O ordenamento territorial como extensão da gestão do território parece constituir um conceito central ao significar um processo amplo de negociação entre os atores envolvidos na tomada de decisões e ações que se materializam e interferem na configuração territorial (FIGUEIREDO, 2003. P. 53). Com ênfase ao ordenamento territorial Ducam (2005, p. 68) menciona que:

O ordenamento territorial é o sentido descendente do ciclo proposto de articulação entre o Estado/Governo e a Sociedade/Instituições. É um processo de diagnóstico, “escuta” e estudos, formulação e avaliação, informação e capacitação, articulação com os interlocutores e implementação. Com a integral participação dos atores sociais, de tal forma que aperfeiçoamentos possam, e devam ser feitos, ajustando-se os instrumentos às condições locais e objetivando-se o processo educativo, a participação social e o resultado econômico (DUCAM, 2005, P. 68).

Nesse contexto, o Plano Diretor da Cidade de Rio Branco, aparece como um instrumento poderoso de efetivação da gestão territorial à medida que, ao constituir-se num instrumento técnico, de conhecimento acurado da realidade territorial e político de mediação entre diferentes territorialidades, permite o planejamento das diferenças, capaz de compatibilizar, de forma pactuada, o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental.

Além disso, abrange a totalidade do território municipal como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento, pois institui o Zoneamento e seus desdobramentos e disciplina o uso, a ocupação e o parcelamento do solo. Esses fatores são determinantes para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município, além de ser parte integrante do processo de planejamento do Poder Executivo.

Rio Branco, em que pese sua responsabilidade social, tem usado esse instrumento como forma de promover a equidade social, econômica e espacial de seu território com vistas à aplicabilidade de práticas sócio-ambientais sustentáveis.

O Plano Diretor do município de Rio Branco foi instituído através da Lei nº. 1.611 de 27 de outubro de 2006, ela abrange a totalidade do território municipal como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento municipal. Como princípios norteadores do plano, destacamos: igualdade e justiça social, função social da cidade, função social da propriedade, desenvolvimento sustentável e participação popular. (RIO BRANCO, 2006, P. 12-13).

Em síntese, o Plano busca adequar os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento municipal, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar social geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais.

O processo de urbanização desarticulada da cidade de Rio Branco influenciou para a configuração sócio-espacial que a cidade possui hoje, e uma forma de mudar esse padrão de desequilíbrio e para resolver vários problemas dessa ordem é o Plano Diretor e sua ação efetiva de ordenamento territorial, tendo em vista que, os seus objetivos pretendem: a) consolidar entre os cidadãos conceitos fundamentais de ordenação territorial, b) dissociar o direito de propriedade do direito de construir, condicionado este ao interesse público, explicitado nas regras de uso, ocupação e parcelamento do território municipal, c) definir o macro zoneamento municipal fundamentado nas características de uso e ocupação e no patrimônio ambiental, d) definir o zoneamento municipal fundamentado em ações específicas para cada um dos territórios delimitados, que facilite os processos de consolidação, reestruturação, readequação e regularização urbana, assim como a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico, e) definir as áreas especiais estabelecendo os planos e programas pertinentes e, f) ordenar e controlar a expansão das áreas urbanizadas e edificadas (RIO BRANCO, p. 14).

Esses objetivos implicarão diretamente na transformação do espaço urbano da cidade em diversas formas, pois, ao evitar a ocupação do solo urbano em padrões anti-econômicos de densidade, incentivando o uso da infra-estrutura instalada, e coibir a abertura indiscriminada de novos loteamentos, estará influenciando e direcionando a ocupação em locais que disponham de um mínimo de condições de moradia e, também,

estará incentivando o processo de conservação ambiental através da criação de zonas receptoras de áreas verdes (RIO BRANCO, p. 14).

Além disso, o Plano delimita as áreas específicas dirigidas para produção habitacional de interesse social e do mercado popular, criando atrativos de uso e ocupação do solo, inclusive em áreas centrais, procurando viabilizar a incorporação à cidade legal dos assentamentos precários, mediante a sua regularização urbanística e fundiária, propendendo a inclusão social de seus habitantes com o aumento das moradias populares.

Em relação ao meio ambiente, uma das propostas do Plano é implantar e regularizar a reserva florestal legal como instrumento de organização do território rural.

O livro II enfoca ainda, a política de ordenamento do território, onde disciplina o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano, percebem-se o esforço em organizar o território a partir de alguns objetivos, tais como: estimular o crescimento de áreas já dotadas de infra-estrutura; coibir o surgimento de assentamentos irregulares; regularizar os assentamentos irregulares incorporando-os à estrutura urbana; estabelecer regras de uso e ocupação do solo urbano; evitar a segregação promovendo a diversificação e mesclagem de usos; coibir e rever a prática de construção e uso irregular das edificações e, rever a legislação de parcelamento do solo, adequando-a a diversidade das situações existentes e futuras (RIO BRANCO, 2006, p. 26).

As categorias de uso do solo urbano são classificadas nas categorias de: usos perigosos, usos especiais, usos de riscos ambientais, pólos geradores de tráfego, geradores de ruídos diurnos, turismo e lazer, estabelecimento de comércio, serviços e instituições e residencial (RIO BRANCO, 2006, p. 27-28).

O uso residencial corresponde a locais de moradia permanente, ou seja, residências unifamiliares isoladas, geminadas ou agrupadas, edifícios de apartamentos, conjuntos residenciais implantados em lotes, habitações coletivas de permanência prolongada, tais como internatos, conventos, asilos e casa de repouso (RIO BRANCO, 2006, p. 28).

O parcelamento do solo poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento ou desdobro. O loteamento corresponde a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação com abertura de vias de circulação ou ampliação das já existentes. O desmembramento é a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com o

aproveitamento do sistema viário existente. O desdobro decorre da divisão de lote edificável para fins urbanos, resultando em dois ou mais lotes (RIO BRANCO, 2006, p. 31).

Para o parcelamento do solo, atendendo aos princípios do ordenamento territorial, deverão ser observadas algumas condições sem as quais não será permitido. Algumas das características que impedem o parcelamento do terreno são: coberto por vegetação protegida pelo Código Florestal; localizado em área de preservação ecológica; terreno alagadiço; sujeito a inundação da cota mínima de 135m; com a presença de material nocivo à saúde; inadequado devido a condições geológicas; com declividade superior a 30% (RIO BRANCO, 2006, p. 31-32).

Após as considerações sobre permissões de restrições de uso do solo e visando o melhor aproveitamento do território com a constituição de recortes hierárquico, o município foi organizado em Macrozonas, Zonas e Áreas Especiais.

Conforme as respectivas características de uso e ocupação do solo, de recursos ambientais e de infra-estrutura existentes, foram divididas as Macrozonas em: macrozona de consolidação urbana, macrozona de urbanização específica, macrozona de expansão urbana e macrozona rural. Cada macrozona é subdividida em zonas de usos, para as quais são definidos seus perímetros, regras de uso, ocupação e parcelamento.

É na macrozona de consolidação urbana, através da zona de ocupação prioritária, onde possui as melhores condições de infra-estrutura da cidade, que é estimulado a ocupação.

Considerações finais

O processo de ocupação e formação da cidade de Rio Branco se deu conforme os eventos sociais e econômicos vividos nos vários momentos de sua história. Dessa forma, entende-se que as oscilações de crescimento populacional e ocupação espacial foram resultantes das políticas de desenvolvimento da região. Assim, os processos oriundos desse contexto seguiram uma ordem de dinâmica histórico-social que surgiu da necessidade do estabelecimento de ações dos diversos atores envolvidos na consolidação da cidade enquanto território marcado por suas complexidades ocupacionais e estruturais.

Nesse sentido, o processo de ordenamento territorial a partir do Plano Diretor de 2006, veio trazer um novo marco na história da cidade através dos seus mecanismos de organização e reestruturação do espaço urbano e rural. Entende-se assim, que a partir desse momento, a cidade passa por contínuos processos de dinamização, crescimento físico e social com inúmeros aparatos institucionais que irão proporcionar um modelo de política pública capaz de reordenar os espaços de forma a trazer uma melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Desse modo, tem-se um cenário da cidade de Rio Branco, onde o seu processo de surgimento, expansão e (re) ordenamento ocupacional trouxe consigo inúmeras desordens: segregação espacial, pobreza, desigualdade ocupacional, conflitos políticos, mudanças estruturais, sociais e culturais que somente com a política do ordenamento territorial a partir do Plano Diretor, consolida-se um novo tempo em que a cidade passa a ser o espaço de ajustamento das relações sócio-ambientais, políticas e econômicas voltado para um desenvolvimento sustentável.

Referências

COSTA, Wanderley M. **Subsídios para uma política nacional de ordenamento territorial**.

DUCAM, Marcelo. **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: 2005.

FIGUEIREDO, Ádma Harmam de. **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: 2005.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da (org). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia - Acreana**. Rio Branco, Ac.: EDUFAC. 2006.308p.

PENHA, Raimundo Muniz. **O Distrito Industrial de Rio Branco – DIRB – no contexto Sócio Ambiental da Cidade de Rio Branco e do Estado do Acre**. Florianópolis, 1996. 176f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Santa Catarina.

RANCY, C. M. D. **Raízes do Acre (1870-1912)**. Rio Branco: M. M. Paim, 1992.

RIO BRANCO. **Plano diretor: Lei nº. 1.611 de 27 de outubro de 2006**.

SCHMINK, Marianne; CORDEIRO, Mâncio Lima. **Rio Branco: a cidade da florestania**. Belém: EDUFPA, 2008.



SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra.** Belo Horizonte, 1982.

Recebido para publicação em outubro de 2009

Aprovado para publicação em fevereiro de 2010